


Tema: <b>Sector Vitivinícola</b>					Âmbito: <b>Nacional</b>	Tiragem: <b>121344</b>
Título: <b>Portugal pede para o vinho tratamento igual a cerveja</b>					Temática: <b>Generalista</b>	GRP: <b>11.7</b>
2006/11/28	<b>JORNAL DE NOTICIAS – PRINCIPAL</b>	Pág.17	Imagem: 1/1		Periodicidade: <b>Diaria</b>	Inv.: <b>3750.00</b>

Finanças

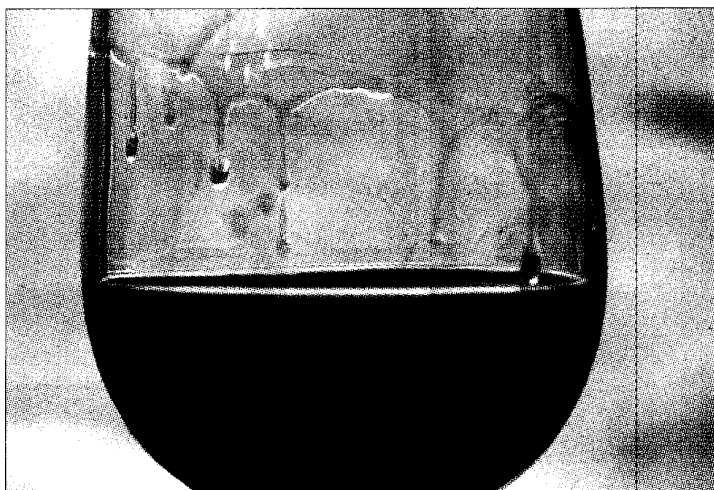
# Portugal pede para o vinho tratamento igual à cerveja

► Comissão Europeia insiste no aumento dos impostos sobre as bebidas alcoólicas

**Alexandra Lobão**  
Correspondente em Bruxelas

O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, deverá reclamar hoje no ECOFIN, em Bruxelas, que o vinho do Porto beneficie do mesmo tratamento que a cerveja para efeitos do aumento dos impostos específicos sobre as bebidas alcoólicas ("accises") na União Europeia, em vigor desde 1993.

Em princípio, o chefe da delegação portuguesa ao ministerial Conselho de Economia e Finanças da UE (Ecofin) será secundado pelos seus homólogos francês e espanhol, que exigem a não-discriminação dos vinhos licorosos e do "sherry" face à cerveja, a qual tem direito a tratamento preferencial na proposta de compro-



ARQUIVO JN

**Bruxelas** quer aumento de 4,5% na cerveja e 31% nos licorosos

misso sobre a actualização das "accises" que a presidência finlandesa em exercício colocou sobre a mesa. Nela, a taxa da cerveja é aumentada em 4,5%, contra os 31% propostos para produtos como o vinho do Porto.

Foi a pedido do próprio Ecofin que a Comissão formalizou uma proposta para mexer nas "accises" actuais onde previa a subida, a uma média de 31%, para todas as bebidas alcoólicas (à ex-

cepção do vinho) que importava actualizar à luz da evolução da taxa de inflação em quase 14 anos.

Mas a proposta foi chumbada em anteriores sessões do Conselho, sobretudo por causa da oposição dos países que por ela seriam mais afectados, os maiores produtores e consumidores de cerveja.

A Comissão já fez saber que mantém a proposta inicial.

Bruxelas quer a actualização das taxas "accises" indexadas ao custo de vida sem passar por decisão política

Outro aspecto igualmente contestado na proposta de compromisso é o item prevendo que, futuramente, quaisquer novas actualizações sejam automática e sistematicamente indexadas ao custo de vida, tal como calculado pelo organismo estatístico da União (Eurostat), sem dar azo a mais negociações políticas. Ao contrário, vários estados-membros pretendem manter o controlo político desta questão. ◀